Existem situações históricas que obrigam um cristão a fazer perguntas desconfortáveis. O que acontece quando uma comunidade recebe repentinamente dezenas de milhares de pessoas provenientes de outro país? O que deve fazer um católico quando a chegada irregular de estrangeiros ultrapassa a capacidade de uma cidade, aumenta o sentimento de insegurança e transforma profundamente a vida quotidiana? É cristão pedir controlos nas fronteiras? É contrário à caridade defender a própria cidade? Devemos abrir as portas sem condições? Ou, pelo contrário, podemos rejeitar o estrangeiro?

Estas questões adquiriram uma importância extraordinária à luz do que aconteceu em **Ceuta**. Entre os dias 30 e 31 de julho de 2026, ocorreu uma entrada irregular em massa proveniente de Marrocos. As informações publicadas nos últimos dias falam de cerca de **72 000 entradas**, embora uma parte significativa dessas pessoas tenha regressado posteriormente a Marrocos.

A situação gerou uma profunda preocupação social e em matéria de segurança. As autoridades tiveram de reforçar a presença policial e militar, enquanto continuam a trabalhar para restabelecer a normalidade.

Mas há algo que um católico deve evitar desde o início: **transformar uma questão política, migratória e de segurança num julgamento sobre o valor dos seres humanos**.

Porque aqui existem duas realidades que podem — e devem — ser sustentadas simultaneamente:

O imigrante é uma pessoa humana que merece respeito, assistência e caridade.

E, ao mesmo tempo:

Uma comunidade política tem o direito e o dever de proteger as suas fronteiras, a sua segurança, a sua ordem jurídica e o bem comum.

Não existe contradição entre estas duas afirmações.

1. Antes de mais: não perder a razão nem a caridade

Quando uma situação gera medo, o primeiro perigo espiritual nem sempre está fora de nós. Às vezes encontra-se dentro de nós.

O medo pode transformar-se em ódio. Uma preocupação legítima pode tornar-se desprezo. O desejo de segurança pode transformar-se em desejo de vingança.

E é precisamente aqui que o cristão deve parar.

Cristo não nos permite odiar o estrangeiro.

Mas também não nos ordena que sejamos ingénuos.

A caridade cristã não é sentimentalismo. A virtude cristã não consiste em fechar os olhos perante a realidade, a criminalidade, a insegurança, a desordem ou o sofrimento das vítimas.

Precisamente porque ama, o cristão deseja o bem de todos.

E o bem de todos inclui também aqueles que vivem legitimamente na cidade.

2. Um católico não deve confundir imigrante e criminoso

Este ponto é fundamental.

Uma pessoa pode entrar irregularmente num território e, ainda assim, não ser uma pessoa violenta.

Um jovem que foge da fome pode ter cometido uma infração administrativa sem, por isso, se tornar um inimigo.

Uma mãe que foge da miséria não pode ser tratada como se fosse responsável por todos os crimes cometidos por outros.

A Igreja rejeita a discriminação das pessoas por causa da sua origem ou proveniência. A preocupação do cristão não deveria ser **«De que povo vem?»**, mas antes **«O que está a acontecer e qual é a resposta justa?»**

Isto é particularmente importante quando falamos de Ceuta.

Não devemos transformar uma crise migratória numa acusação coletiva contra marroquinos, africanos ou muçulmanos.

Mas também não devemos cair no extremo oposto: negar que uma entrada massiva e irregular possa criar problemas reais relacionados com a segurança, a habitação, a

assistência social, a saúde, a ordem pública ou a convivência.

Ambas as simplificações são falsas.

3. A Sagrada Escritura não ensina fronteiras abertas sem condições

Existe atualmente uma tendência para utilizar certos textos bíblicos como se eles resolvessem automaticamente todas as questões políticas.

Não é assim.

A Bíblia exige hospitalidade para com o estrangeiro.

No Antigo Testamento encontramos repetidamente a preocupação pelo estrangeiro, pela viúva e pelo órfão.

> *«Não oprimirás o estrangeiro: vós conheceis a vida do estrangeiro, porque fostes estrangeiros na terra do Egito» (Ex 23,9).*

E o próprio Cristo identifica-Se com aquele que está necessitado:

> *«Porque tive fome e destes-me de comer; tive sede e destes-me de beber; era estrangeiro e acolhestes-me» (Mt 25,35).*

Isto é profundamente exigente.

Um católico não pode olhar para um estrangeiro faminto e dizer: **«Não me interessa.»**

Mas também não podemos interpretar estes textos como se a Sagrada Escritura tivesse abolido a autoridade civil, as fronteiras ou a ordem legítima da sociedade.

A Bíblia reconhece claramente a existência de comunidades políticas, autoridades e responsabilidades concretas.

A caridade não elimina a justiça.

A misericórdia não destrói a ordem.

E a hospitalidade não significa o desaparecimento de todas as regras.

4. A Igreja reconhece o direito dos Estados de regulamentar a imigração

Aqui encontramos um ensinamento particularmente importante do **Catecismo da Igreja Católica**.

O Catecismo ensina que as autoridades civis devem proteger o estrangeiro e respeitar a sua dignidade, reconhecendo, ao mesmo tempo, que, tendo em consideração o bem comum, podem estabelecer condições jurídicas para a imigração e deveres para aqueles que entram no país que os acolhe.

Isto desmonta dois erros opostos.

O primeiro:

«Como somos cristãos, qualquer pessoa pode entrar de qualquer maneira e o Estado não tem o direito de o impedir.»

Isto não é doutrina católica.

Mas também não é católica a afirmação contrária:

«Como entraram ilegalmente, podemos desprezá-los, maltratá-los ou recusar-lhes qualquer assistência.»

Isto também não é católico.

A Igreja coloca cada coisa no seu devido lugar:

dignidade humana + justiça + autoridade legítima + bem comum + caridade.

Este equilíbrio é muito mais difícil do que qualquer slogan político.

E precisamente por isso é profundamente católico.

5. Uma nação tem o direito de se defender?

Sim.

E não tem apenas esse direito: em determinadas circunstâncias, aqueles que são responsáveis pelo bem comum podem ter até o **dever** de proteger a população.

O Catecismo ensina que o bem comum fundamenta o direito à legítima defesa individual e coletiva.

Além disso, o Catecismo explica que a legítima defesa pode constituir um dever grave para aquele que tem a responsabilidade pela vida de outras pessoas. A autoridade legítima pode repelir os agressores que ameaçam a sociedade que lhe foi confiada.

Isto tem uma consequência muito importante.

O cristão que pede:

- fronteiras seguras;
- controlo da imigração;
- identificação das pessoas que entram;
- cumprimento da lei;
- proteção dos cidadãos;
- ação contra os criminosos;
- retorno ou expulsão de acordo com a lei quando tal for apropriado;
- proteção dos menores;
- recursos suficientes para a polícia e os serviços públicos;

não está necessariamente a agir contra o Evangelho.

Pode estar precisamente a exigir algo que faz parte do bem comum.

6. Mas uma fronteira não transforma o estrangeiro em inimigo

Aqui encontramos o segundo extremo.

Uma fronteira delimita um território.

Não determina quem possui dignidade humana.

O imigrante que se encontra em Ceuta continua a ser uma pessoa criada à imagem e semelhança de Deus.

Tem uma alma.

Tem uma história.

Tem pais.

Talvez tenha filhos.

Tem medos.

Tem necessidades.

E, mesmo que não partilhe a nossa fé, continua a ser uma criatura de Deus.

Por isso, o católico deve resistir às expressões que desumanizam.

Não devemos falar das pessoas como se fossem uma peste, uma contaminação ou animais.

A indignação perante uma situação não deve transformar-se em desprezo pelas pessoas.

A Igreja advertiu expressamente contra as formas de racismo e de rejeição dos estrangeiros por causa da sua origem étnica ou religiosa.

7. E o que fazemos com a insegurança?

Aqui devemos ser igualmente claros.

Se são cometidos crimes, devem ser perseguidos.

Se ocorrem agressões, devem ser investigadas.

Se acontecem abusos, devem ser punidos.

Se alguém coloca outra pessoa em perigo, as autoridades devem intervir.

E a vítima não se torna menos importante porque o culpado é estrangeiro.

O cristianismo não obriga uma vítima a fingir que não sofreu.

Perdoar não significa negar o crime.

Amar o inimigo não significa impedir a polícia de agir.

A misericórdia para com o culpado não pode transformar-se em crueldade para com a vítima.

A justiça cristã exige precisamente que cada pessoa responda pelos seus atos.

Por isso, devemos evitar duas afirmações igualmente perigosas:

«Todos os imigrantes são criminosos.»

Falso.

E:

«Não podemos falar de criminalidade porque fazê-lo seria xenófobo.»

Também falso.

O cristão deve dizer a verdade sem ódio.

8. O verdadeiro inimigo não é uma raça nem uma religião

Esta questão é ainda mais importante do ponto de vista católico.

O cristão sabe que a verdadeira batalha espiritual não é contra um grupo étnico.

São Paulo exprime-o magnificamente:

> *«Porque a nossa luta não é contra a carne e o sangue, mas contra os Principados, contra as Potestades, contra os dominadores deste mundo de trevas» (Ef 6,12).*

Por isso, um católico tradicional não deveria transformar uma crise migratória numa guerra racial ou religiosa.

Pode criticar uma política migratória.

Pode denunciar uma fronteira sem controlo.

Pode exigir segurança.

Pode defender a identidade cultural da sua cidade.

Pode pedir que a lei seja respeitada.

Pode até considerar profundamente erradas determinadas políticas de integração.

Mas não precisa de odiar o estrangeiro.

Porque o ódio é uma derrota espiritual.

9. Ceuta também coloca uma questão de responsabilidade política

Uma chegada extraordinariamente massiva não pode ser gerida apenas através da solidariedade espontânea dos cidadãos.

A caridade privada não substitui o Estado.

Uma família pode acolher uma pessoa.

Uma paróquia pode fornecer alimentos.

A Cáritas pode ajudar.

Um sacerdote pode oferecer consolação.

Mas nenhuma destas instituições pode substituir indefinidamente as responsabilidades das autoridades públicas.

O Catecismo recorda que a autoridade política está ordenada ao bem comum e que as leis e as instituições devem protegê-lo.

Por conseguinte, um católico pode e deve exigir responsabilidade política.

Perguntar:

Quem controla a fronteira?

Quem identifica as pessoas que entram?

Como são protegidos os menores?

Como é garantida a segurança?

Como se determina quem pode permanecer legalmente?

Como são impedidas as redes criminosas de explorar os migrantes?

Como são protegidos os habitantes?

Como são ajudados aqueles que realmente necessitam de proteção?

Estas não são perguntas anticristãs.

São questões de justiça.

10. A Igreja não pode escolher entre segurança e caridade

Temos de ultrapassar uma falsa dicotomia.

Não temos de escolher entre:

«segurança»

e

«caridade».

Um católico deve exigir ambas.

Uma cidade segura para os seus habitantes.

E uma cidade onde o estrangeiro vulnerável não seja abandonado.

Um Estado que controle as suas fronteiras.

E uma sociedade que não abandone aquele que chega fugindo da fome.

Uma polícia que faça cumprir a lei.

E cidadãos que não insultem nem ataquem os estrangeiros.

Uma política migratória firme.

E procedimentos humanitários para aqueles que realmente necessitam de proteção.

A verdadeira doutrina social católica é incómoda precisamente porque não se encaixa perfeitamente em rótulos políticos.

11. O que deve, então, fazer um católico em Ceuta?

Primeiro: **rezar**.

Não como fuga da realidade, mas como primeiro ato de lucidez.

Rezar pelos habitantes de Ceuta.

Rezar por aqueles que chegaram.

Rezar pelos agentes da polícia e pelos militares.

Rezar pelos menores.

Rezar pelas vítimas.

Rezar pelos governantes.

Rezar até por aqueles que cometeram crimes.

Porque rezar por eles não significa justificar os seus atos.

Significa recordar que também eles precisam de conversão.

Segundo: **não espalhar rumores**.

Em situações de tensão, vídeos, mensagens e acusações circulam rapidamente.

O cristão deve ser especialmente prudente.

Nem tudo o que aparece nas redes sociais é verdadeiro.

Uma mentira partilhada milhares de vezes continua a ser uma mentira.

Terceiro: **ajudar quem realmente precisa de ajuda**.

Se encontrares uma pessoa com fome, doente ou abandonada, podes ajudá-la.

Mas ajudar não significa assumir responsabilidades que pertencem às autoridades.

Quarto: **defender a verdade sem ódio**.

Um católico pode dizer:

> *«Quero uma fronteira segura.»*

Sem dizer:

> *«Odeio os estrangeiros.»*

Pode afirmar:

> *«Quero que a lei seja cumprida.»*

Sem dizer:

> *«São todos criminosos.»*

Pode dizer:

> *«Quero que a nossa cidade seja protegida.»*

Sem negar:

> *«A dignidade daqueles que chegam também deve ser respeitada.»*

12. E existe uma questão ainda mais profunda: por que vêm?

Aqui o cristianismo obriga-nos a olhar mais longe.

Quando vemos um jovem africano atravessar uma fronteira, talvez estejamos a ver apenas o último capítulo de uma história muito mais longa.

Talvez por trás dele exista fome.

Pobreza.

Famílias destruídas.

Falta de oportunidades.

Corrupção.

Guerras.

Perseguições.

Tráfico de seres humanos.

Redes criminosas.

Propaganda nas redes sociais.

E também expectativas irrealistas em relação à Europa.

A solução cristã não pode limitar-se a gerir o problema na fronteira.

Também devemos perguntar-nos:

Como podemos garantir que ninguém tenha de arriscar a própria vida à procura de uma vida digna?

Isso exige cooperação internacional, desenvolvimento económico, combate às máfias, estabilidade política e vias legais e ordenadas.

Mas exige também algo que o Ocidente frequentemente esquece:

a evangelização.

Porque uma sociedade pode oferecer prosperidade e, ainda assim, deixar o homem vazio.

13. Não nos esqueçamos de que o cristão também tem uma pátria

A universalidade católica não significa que as pátrias não tenham importância.

A Igreja é universal.

Mas precisamente por isso pode amar legitimamente as realidades concretas.

A família.

A cidade.

A nação.

A cultura.

A língua.

O património religioso.

A história recebida dos nossos antepassados.

Um católico pode amar profundamente a Espanha e, ao mesmo tempo, amar o estrangeiro.

Não existe contradição.

A caridade universal começa muitas vezes pelas responsabilidades concretas que Deus colocou diante de nós.

14. Defender a nossa identidade não significa odiar o outro

Esta é talvez uma das questões mais delicadas.

Se uma sociedade perde completamente a consciência daquilo que é, terá grande dificuldade em integrar os outros.

A Europa tem uma história cristã.

A Espanha tem uma história profundamente marcada pelo cristianismo.

Ceuta faz parte dessa história.

As igrejas, as cruzes, as festas, as procissões, as imagens da Virgem e dos santos, os costumes cristãos e a conceção ocidental da dignidade humana não apareceram espontaneamente.

Fazem parte de uma civilização.

Um católico pode querer preservá-los.

E deve fazê-lo sem desprezar o estrangeiro.

Mas também não precisa de ter vergonha da sua própria identidade para demonstrar que é caritativo.

A verdadeira hospitalidade não exige que o anfitrião desapareça.

15. A resposta cristã: firmeza sem ódio, caridade sem ingenuidade

Poderíamos resumir toda a questão com uma fórmula:

firmeza sem ódio; caridade sem ingenuidade; justiça sem crueldade; misericórdia sem relativismo.

É extraordinariamente difícil.

Mas é precisamente isso que significa ser cristão.

Se alguém precisa de alimento, demos-lhe alimento.

Se alguém precisa de cuidados médicos, ajudemo-lo.

Se alguém está em perigo, protejamo-lo.

Se alguém comete um crime, que responda perante a justiça.

Se alguém entra ilegalmente, que as autoridades apliquem a legislação correspondente, respeitando os seus direitos.

Se uma fronteira está ameaçada, que o Estado a proteja.

Se uma política pública falha, que os cidadãos possam denunciá-lo.

E em tudo isto nunca devemos esquecer que diante de nós estão seres humanos.

16. A última palavra não pertence nem ao medo nem à política

Talvez a pergunta mais importante para um católico não seja:

«O que devo pensar sobre os imigrantes?»

Mas:

«Como quer Cristo que eu aja nesta situação?»

E a resposta não é simples.

Cristo pede-nos misericórdia.

Mas também verdade.

Pede-nos amor.

Mas também justiça.

Pede-nos que perdoemos.

Mas não que aprovemos o mal.

Pede-nos que acolhamos o estrangeiro.

Mas não nos ordena que destruamos a ordem legítima da sociedade.

Pede-nos que amemos os nossos inimigos.

Mas também nos ordena que protejamos os fracos.

Por isso, diante de uma situação como a de Ceuta, o católico não deve deixar-se arrastar nem pela propaganda do medo nem pela propaganda da ingenuidade.

Deve manter a cabeça fria.

Deve informar-se.

Deve rezar.

Deve ajudar.

Deve exigir responsabilidades.

Deve defender o bem comum.

E deve recordar sempre que nenhuma fronteira terrena pode apagar a verdade fundamental do Evangelho:

> *«**Todos vós sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus**» (Gl 3,26).*

A pessoa que chega fugindo da fome precisa de misericórdia.

A pessoa que vive em Ceuta precisa de segurança.

A autoridade precisa de prudência.

A sociedade precisa de justiça.

E todos nós precisamos de conversão.

Porque o desafio cristão consiste precisamente em não permitir que uma situação difícil nos transforme naquilo contra o qual lutamos.

Podemos defender as nossas fronteiras sem fechar os nossos corações.

Podemos exigir segurança sem cultivar o ódio.

Podemos amar o estrangeiro sem abandonar os nossos vizinhos.

E podemos defender a nossa pátria, recordando que, acima de toda a pátria terrena, existe uma pátria definitiva:

o Reino de Deus.

Aqui está a verdadeira medida da resposta católica.

Nem ódio ao estrangeiro.

Nem desprezo pela própria terra.

Nem ingenuidade.

Nem crueldade.

Mas **caridade ordenada pela verdade, justiça iluminada pela fé e firmeza governada pela virtude**.